

LACIGF 2017 – PANAMÁ – 1 a 4 de agosto de 2017

Flávia Lefèvre Guimarães – representante 3º Setor no CGI.br

Breve relato dos principais temas discutidos nas reuniões que acompanhei

1. Reunião UNESCO / APC – 01.08.2017 – PANAMÁ

Segundo Guilherme Canela Godoi, coordenador de comunicação e informação no Brasil da UNESCO, considerando que a Universalização da Internet passou a ser preocupação central, 195 países definiram que seria importante realizar uma pesquisa sobre o tema e que o trabalho de investigação a respeito deveria girar em torno dos seguintes aspectos: direitos; abertura; acesso; e mecanismos de governança democráticos.

Os trabalhos relativos à pesquisa estão sendo conduzidos pela UNESCO junto com a APC, que venceu a concorrência.

Assim, está aberta consulta pública até 30 de outubro para que os interessados apresentem propostas para indicadores correspondentes a cada um dos aspectos relacionados acima.

Na reunião do Panamá, as entidades presentes refletiram sobre cada um dos aspectos e fizeram propostas.

A experiência do CETIC.br foi expressamente mencionada para servir de referência principalmente no que diz respeito à metodologia para coleta de dados.

O grande desafio será definir indicadores para a coleta de dados de natureza subjetiva a respeito de direitos e abertura, na medida em que será necessário levantar não só os mecanismos institucionais – legais e normativos – de cada país investigado, mas também e especialmente sua efetividade.

Essa primeira etapa da consulta para definição de indicadores se encerrará antes do IGF em dezembro, a fim de que o produto seja apresentado lá e, em seguida, seja aberta a segunda etapa da consulta para que os interessados se manifestem sobre os indicadores definidos.

2. Universalização, acesso a Internet e compliance

Foi uma tônica na fala de participantes de diversos países nos painéis do LACIGF relacionados ao tema relatos indicando:

- Insuficiência de infraestrutura de telecomunicações para dar suporte ao acesso a Internet em localidades remotas, bem como a ausência de políticas públicas para investimentos públicos com a finalidade de ampliar a expansão de redes;
- Concentração do market share do serviço de conexão a Internet nas mãos de grandes grupos transnacionais como Telefônica e América Movil;
- Ausência de políticas públicas para incentivos para novos investimentos por pequenos provedores;
- Existência de leis ou normas regulamentares que garantem a neutralidade da rede; mas dificuldades para o cumprimento das normas, diante das práticas adotadas pelos provedores de conexão a Internet e, em contrapartida, ausência de atuação pública para garantir enforcement;
- Práticas comerciais uniformes nos países da América Latina e Caribe com planos contratados em larga escala com volume de dados mensais muito baixos (200 Mb/mês a 1Gb/mês), bloqueios de acesso ao final do pacote de dados restrito a determinados aplicativos;
- Predomínio do Facebook e WhatsApp como aplicações utilizadas nos planos com franquia no sistema de zero-rating, comercializados em larga escala, especialmente nas classes de consumidores com baixa renda.

3. SESSÃO 10 – Inclusão digital e acessibilidade

Particpei do painel correspondente à sessão 10 que tratou de inclusão digital e acessibilidade junto com Camila García, Unidad Nacional de Ciegos del Uruguay; Vladimir Cortés, Artículo 19 México; Pablo Ruidíaz - Autoridad para la Innovación Gubernamental (AIG) Panamá; Guilherme Alves - Youth

Observatory; Carol Rossini – Facebook. Moderação: Julián Casasbuenas, Colnodo.

Segue abaixo o texto base de minha apresentação:

Dado o foco deste painel, eu consideraria que, para promover o acesso universal à Internet, quatro aspectos fundamentais são:

1 - infra-estrutura disponível para os usuários – pequenos provedores e usuários finais

2 - políticas públicas para garantia de contratação dos acessos

3 - regulação para evitar práticas comerciais que não respeitam a neutralidade da rede e que promovem a discriminação contra os consumidores mais pobres, afetando o direito amplo à informação e liberdade de expressão – no caso do Brasil, temos o Marco Civil da Internet;

4 – Implementação de políticas educacionais integradas com as políticas de ampliação do acesso.

A este respeito, gostaria de usar como comparação o caso da Coreia do Sul, que é o país com as maiores taxas de penetração e qualidade do acesso à Internet no ranking ITU.

Coreia do Sul tem a maior penetração de banda larga - + 85% dos cidadãos têm acesso à banda larga - e tem o provimento de banda larga mais rápido 21,7 Mgbits / s.

Os fatores determinantes para este resultado são: elevado nível de urbanização; disponibilidade de redes móveis - investimento generalizado e pesado em hotspots 4G (LTE) para fornecer acesso wi-fi redes públicas; investimento público - o investimento de 3,7 do PIB em ciência e tecnologia.

No entanto e por outro lado, no Brasil, o orçamento de 2016 e 2017 para MCTIC é 50% menor do que em 2010. O orçamento é pouco mais de R\$ 3,2 bilhões.

Embora o Brasil seja a 9ª. maior economia do mundo, estamos apenas na 69ª. posição no Índice Global de Inovação 2017 e 99º de eficiência.

52% dos cidadãos têm acesso a Internet, sendo que pouco mais de 35% têm acesso a banda larga fixa. Além disso, ocupamos o 85º lugar em velocidade de provimento (com 6.4 Mbps), sendo que a média entre 241 países pesquisados é de 7 megabits por segundo (Mbps).

E problemas de orçamento, legais e regulamentares têm impedido por mais de 3 anos as decisões de investimento em infraestrutura. A revisão dos contratos concessão de telefonia está suspensa há três anos.

Mas como as condições para garantir o acesso à Internet deve ser visto não só pela infraestrutura de acesso para os usuários finais, mas também o aspecto de políticas de subsídios públicos para chegar aos cidadãos de baixa renda, temos de reconhecer que não temos políticas públicas no Brasil que garantam preços razoáveis, mesmo que tenha havido contratos públicos estabelecendo obrigações de oferta de planos populares da Internet, eles foram ignorados pelas Teles e o governo não fiscalizou as práticas das empresas.

Temos, de acordo com a ITU, preços dos mais elevados, mesmo sob o impacto de tributos que incidem incompatíveis com o caráter essencial do serviço de acesso à Internet.

Finalmente, devemos também considerar as práticas comerciais utilizadas pelos fornecedores de acesso que, contrariamente ao que determina o Marco Civil da Internet, tem comercializado planos com limites muito baixos de dados - melhores planos têm 1GB por mês - e, ao final do volume contratado, ou bloqueiam o acesso, ou violam a obrigação de neutralidade da rede, liberando o acesso apenas para Facebook, WhatsApp, no sistema zero rating.

Os dados de 2015 de CETIC.br - Nic.br - CGI.br mostram que os mais pobres estão sendo desatendidos:

Percentual de domicílios com acesso à Internet classe social - 2015

Classe A 97%

Classe B 82%

Classe C 49%

Classe D e E 16%

Proporção (%) de usuários de Internet por classe social - 2015

Classe A 95% Classe B 82% Classe C 57% e Classes D e E 28%

Percentagem de usuários que acessam Internet somente por dispositivos móveis - 2015

Classe A 8% Classe B 19% Classe C 44% e Classe D E 65%

Percentagem de indivíduos com telefone celular com o plano pré-pago - 2015 Classe A 39% Classe B 65% Classe C 81% e Classe D E 82%

Ou seja, temos milhões de brasileiros cujo acesso à internet é extremamente limitado, com os problemas de concentração e danos aos direitos de informação, a liberdade de expressão, inovação e diversidade cultural.

Assim não podemos perder de vista as investigações da OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico mostrando que 10% de aumento no acesso à Internet, resulta em crescimento de 0,25% do PIB per capita.

Infelizmente, o governo tem deixado de adotar iniciativas, descumprindo com as suas obrigações constitucionais e legais para assegurar o acesso universal aos serviços de telecomunicações e acesso a internet, indicando que pretende que o crescimento da infraestrutura se dê principalmente através de soluções de mercado, conforme anunciado em 1º de agosto em documento que se submeteu a consulta pública para definir Estratégia digital do Brasil – para renovar o PNBL.

4. CIBERSEGURANÇA, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Nas sessões que trataram da cibersegurança, a criptografia foi reconhecida por representantes de diversos setores como mecanismo importante para proteger comunicações, assim como VPNs, Tor entre outras, a despeito das inúmeras investidas de vários governos no sentido de inviabilizar a utilização dessas ferramentas, o que tem posto em risco valores como a liberdade de expressão e privacidade fundamentais para a manutenção de liberdades democráticas.

No que diz respeito a inteligência artificial e algoritmos, há um reconhecimento geral de que falta transparência quanto aos critérios utilizados para formação de perfis e outras funcionalidades e quanto à necessidade de haver governança sobre as práticas adotadas pelas empresas de aplicação.

Especificamente quanto ao caso brasileiro, Carlos Affonso, que participou da sessão 5 (ALTERNATIVAS PARA A PROTEÇÃO DE DADOS NA REGIÃO LAC: O USO DE DADOS PELO SETOR PÚBLICO E PELO SETOR PRIVADO, que teve como integrantes do painel: Irvin Halman – Autoridad para la Innovación Gubernamental (AIG) Panamá; Laura Juanes – Facebook; Cédric Laurant, Artículo 12, A.C.; Carlos Affonso - ITS-Rio; Fátima Cambronero - Internet Society ISOC México. Moderação: Agustina Callegari (Ministerio de Modernización de la República Argentina), destacou que, apesar não termos uma lei específica de proteção de dados pessoais, há leis, como é o caso do Marco Civil da Internet, que em certa medida garantem estes direitos. Entretanto, destacou que com o desenvolvimento da Internet das Coisas e utilização crescente de inteligência artificial, estamos em situação de vulnerabilidade,

sem que exista uma lei estabelecendo limites tanto para o setor privado como para o setor público.

5. SESSÃO 11 – ESPAÇOS LOCAIS PARA O DIÁLOGO NA GOVERNANÇA DA INTERNET: PROGRESSO NAS VÁRIAS DISCUSSÕES

Integrantes do painel: Manuel Haces – NIC.MX Secretario Técnico del Grupo Iniciativa de Gobernanza de Internet (México); Miguel Ignacio Estrada – Argentina/ MAG; Rodney Taylor, ISOC-BB/ Comité Programador de IGF-Barbados; Julian Casasbuenas – APC-Colombia / MAG; Beatriz Rodriguez – IGF Uruguay / Internet Society (ISOC); Lía Patricia Hernández Pérez-IPANDETEC, Panamá; *Moderação*: Raquel Gatto – Internet Society (ISOC).

Os relatos feitos neste painel revelaram o acerto da decisão de continuidade do IGF, como estímulo a iniciativas nacionais de promoção de governança multisetorial da Internet.

O IGF de Guadalajara foi citado diversas vezes como espaço que serviu de influência para a formação de grupos setoriais voltados para os debates sobre temas envolvendo governança.

Dado que nos países da América Latina não existem organismos específicos para governança da Internet, a exemplo do CGI.br, as iniciativas locais relacionadas aos fóruns poderão, em alguma medida, estimular a criação de organismos análogos ou processos de discussão permanentes envolvendo todos os setores interessados.

São Paulo, agosto 2017

Flávia Lefèvre Guimarães